

## Participação de Líderes Comunitários nas Eleições Municipais

---

Nilce de Oliveira<sup>1</sup>

### 1. A Política nos Bairros Populares, seus Líderes e a Participação Eleitoral: marcos da análise

O tema das eleições municipais encontra-se, no momento, na agenda pública nacional. No próximo dia cinco de outubro (2008) milhões de eleitores brasileiros irão sufragar vereadores para os seus municípios. Em Salvador, 902 cidadãos fizeram registro de candidaturas e estarão disputando uma das 41 vagas para a Câmara Municipal. Este artigo trata de alguns aspectos desta temática, referenciada nas eleições de 1988. Nele, discuto a participação política dos líderes de associações de bairros populares nos âmbitos das relações comunitárias e dos partidos políticos. Apresento as principais conclusões da investigação *Movimientos sociales, liderazgo y participación política em Salvador de Bahia – Brasil* (tese de doutorado defendida em fevereiro de 1998, na Universidade do País Vasco - Espanha).

O período focalizado na análise é o do final dos anos 80, fase de maior efervescência dos movimentos sociais no Brasil, no qual se conjugou a estagnação econômica com a transição política da ditadura para a democracia. O caso empírico concreto está centrado nos líderes comunitários que se apresentaram como candidatos a vereador de Salvador, nas eleições municipais de 1988, situação na qual se envolveu uma parcela significativa desses líderes, representando 19% do total de candidatos e resultando na eleição de três deles. Naquele ano, 862 candidatos disputaram 33 vagas, sendo 162 o número de candidatos cujas características sociais e políticas correspondiam aos objetivos da pesquisa. O trabalho de campo foi realizado em 1994, tendo sido entrevistados 40 candidatos comunitários, designação adotada no trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade do País Vasco (Espanha). Professora da Escola de Nutrição/Departamento da Ciência da Nutrição da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Avenida Araújo Pinho, 31 - Canela - Salvador - BA. e-mail: [nilce@ufba.br](mailto:nilce@ufba.br) Tel: (71)3283-7733

A disputa por um mandato na Câmara Municipal foi colocada pelos candidatos comunitários como uma tentativa de abertura de canal de maior efetividade para satisfazer as demandas dos seus bairros (tão pouco urbanizados, infra-estruturados e atendidos por serviços essenciais) sob o argumento da necessidade de estar no lócus do poder de aprovação do orçamento municipal. Este fato se constituiu numa novidade sem precedentes na política local. Anteriormente, os líderes de movimentos e associações populares participavam das eleições na qualidade de porta-vozes de candidatos alheios ou distantes da vida política e das necessidades dos bairros, para os quais obtinham os votos dos vizinhos, fazendo uso de sua popularidade e carisma, papel este conhecido no Brasil sob a expressão cabo eleitoral. Esses líderes que sempre atuaram como intermediários entre a classe política e os eleitores, decidiram renovar sua participação na política institucional, aparentemente substituindo sua típica função de cabo pela de candidato.

Num esforço de compreensão dessa mudança, questiono se efetivamente esses líderes buscavam um caminho mais eficaz para superar suas habituais reivindicações através da política partidária e particularmente de um mandato de vereador. Indaguei que conseqüências poderiam advir do fato de mesclarem-se as duas formas de participação política, a comunitária e a partidária, no âmbito da luta dos moradores e de outras lutas populares com rebatimento nos bairros da chamada periferia, isso, com respeito às candidaturas com pretensão ao mandato, pois há que se considerar que a maioria das candidaturas reflete o sistema de votação em listas abertas onde inúmeros candidatos apenas “puxam voto para a legenda” e usam esse “cacifé” nas negociações para distribuição dos benefícios que acompanham os mandatos políticos.

Situei teoricamente o estudo no campo temático dos movimentos sociais, considerando que o problema da investigação emergiu de minha inserção profissional na realidade do movimento de moradores dos bairros populares de Salvador, no qual observei de perto o comitê de um candidato comunitário. Busquei apoio nos teóricos brasileiros que analisaram a conjuntura dos movimentos sociais pela redemocratização do país, agregando a este objetivo a expectativa de reformas sociais de grande calado, frente ao desafio de diminuir a distância entre ricos e pobres. Percorri vasta literatura internacional, tendo considerado a advertência de Touraine (1989) o qual registrou que os movimentos populares urbanos no Brasil não eram mais que clientela política de determinados grupos e que não constituíam de nenhum modo uma base de um movimento político, considerando-os como movimento infra ou para-político, argumentando que sua existência, no máximo, poderia servir para demonstrar a crise do sistema político, porém não significava a presença de atores coletivos desejosos e capazes de questionar a organização social.

A participação enfocada na investigação caracteriza um coletivo que era ponta-de-lança do movimento e que a partir dele se envolveu na política partidária. Os líderes se destacavam da base do movimento por possuírem certa *expertise*, capital técnico requerido na prática política, situação

---

que o distingue da base, caracterizada pela apatia resultante da exclusão social. Este coletivo estava implicado na política em alto grau: no movimento, no qual ostentava o protagonismo e na política institucional, capitaneada pelo sistema de partidos. Neste âmbito, os candidatos comunitários enfrentavam os mecanismos de exclusão, se sentiam discriminados em razão da origem social e eram submetidos ao controle da agenda (PIZZORNO, 1988), isto é, não logravam incluir suas plataformas (acusadas de paroquiais) nas pautas dos programas partidários nem participavam da distribuição dos recursos.

Colocado o contexto no qual se plasma a participação aqui enfocada, cabe especular teoricamente sobre as motivações que impulsionam as candidaturas dos líderes comunitários e, antes, seu envolvimento no movimento social, inclusive em muitos casos como fundadores. A motivação que anima o surgimento dos movimentos sociais e conseqüentemente de seus líderes é ponto chave em distintas teorias, desde a determinação macroestrutural até a perspectiva individualista da escolha racional com sua avaliação da rentabilidade da participação. Entretanto, as análises dos anos 90 (período em que a pesquisa foi realizada) tendiam a fugir do reducionismo para compatibilizar as diversas dimensões que efetivamente afetam o fenômeno. Aceito que a abordagem da motivação das lutas sociais exige compreendê-las segundo os elementos estruturais, socioculturais e políticos.

Compreendo que a atuação na política comunitária serviu de escola e motor que impeliu os líderes comunitários para a arena da política eleitoral, fiéis, muitos deles, ao desejo de buscar até mesmo pequenas soluções para problemas pontuais e prementes de sua própria rua, como podia ser uma drenagem de águas servidas. O movimento, que eclodiu em Salvador como nas demais metrópoles brasileiras nos anos 80, enfrentando o conflito das contradições entre as necessidades sociais e as necessidades da acumulação e rotação do capital, forjou a formação política dos candidatos comunitários, muitos deles tendo iniciado essa participação política ainda quando adolescentes. Entretanto, ao abrir espaço para que seus líderes se envolvessem na vida partidária levantou um questionamento teórico, posto que, importantes cientistas políticos sustentam a oposição entre essas duas formas de participação política (MELUCCI, 1985; PIZZORNO, 1988; OFFE, 1988), destacando o caráter transgressor dos movimentos sociais, suas formas não convencionais de expressão, sua essência contestadora do ordenamento institucional, características que põem em cheque o arranjo engendrado então pelos candidatos comunitários.

No particular contexto aqui referido, a separação entre os dois âmbitos políticos - o institucional e o não institucional - é abismal. Enquanto o movimento de moradores por sua constituição popular manifesta a forma de participação política da população socialmente excluída da ordem institucional e carente de uma cidadania efetiva, os partidos se constituem tradicionalmente no lugar da participação reservado à elite, seja ela econômica, social e cultural.

---

## 2. Definição Empírica, Reconhecimento e Emergência dos Candidatos Comunitários

A conduta que orientou a metodologia da investigação foi considerar *líder comunitário* todo aquele militante ou dirigente de associações e movimentos populares com rebatimento nos bairros populares. A liderança desses atores sociais foi considerada na pesquisa através do reconhecimento fora dos limites do seu bairro, pelos partidos e pelo movimento social: “líder comunitário é a expressão usada no movimento popular para designar os presidentes e diretores das associações”, disse o candidato comunitário identificado na relação de entrevistados pelo número 19 (CC19). O fato de ocupar um cargo de dirigente de uma associação de bairro ou estar na cabeça do movimento confere a qualquer cidadão a distinção como líder comunitário, diante de seus companheiros, aliados, instituições e analistas, ainda que, à luz de teorias de liderança se possa colocar em dúvida a relação de alguns dos candidatos com seus vizinhos ou companheiros de ação política. Líder comunitário é, também, uma auto-identificação que se fez notar nos discursos dos candidatos entrevistados, revelando a heterogeneidade política, ideológica e das práticas do coletivo:

O líder é aquele que está envolvido com os problemas do bairro e tem compromisso com a comunidade. Deve ser um pacificador e saber evitar atos de vandalismo. Tem que saber negociar sem radicalismo, deve ser sensato e ter conhecimentos. É imprescindível ter relações e bons contatos com representantes do poder público, para pedir em nome da comunidade. Estas são as minhas características e meu papel à frente da associação (CC27).

O líder comunitário luta pela sua comunidade, cumprindo a função de pai responsável que quer assegurar o bem-estar de sua família (CC11).

Sou um líder porque trabalho para a educação política de minha comunidade. Porém, na luta me sinto como igual; não sou mais que um elo da corrente; eu estímulo a participação coletiva (CC19).

Candidato comunitário foi a expressão escolhida entre outras que também identificam os líderes nos partidos como: “representante de bairro” ou “candidato da periferia”, esta última considerada pejorativa pelos líderes.

Os bairros populares e as associações comunitárias de distintos formatos organizativos e de funções diversificadas, configuram o contexto no qual se plasmam as ações político-comunitárias dos líderes candidatos. Uma das características desses bairros é a riqueza de seu tecido associativo, estando muito arraigado aí o sentido comunitário da vizinhança. Bairro e comunidade são conceitos que se mesclam na fala dos líderes. Na comunidade se desenvolve uma rede de solidariedade até mesmo como estratégia de sobrevivência. Nela, também emergem

associações temáticas que abrigam distintos coletivos que, sem embargo, têm em comum as precárias condições de vida material: “[...] são vítimas da mesma opressão” palavras do candidato comunitário CC06.

Analisei a experiência dos líderes à frente dos interesses do bairro, por eles definida como política comunitária. Essa prática é caracterizada como uma participação militante, continuada e cotidiana. Os candidatos comunitários apresentaram as qualidades e os papéis do líder, considerando também as demandas dos vizinhos. Ostentaram possuir experiência e capacidade para: a) aglutinar a vida associativa, animando a participação dos vizinhos; b) produzir idéias, organizar atividades e gerir recursos; c) ter popularidade entre os vizinhos e poder de convocatória; d) organizar e liderar o movimento, reivindicando e/ou negociando em benefício do desenvolvimento do bairro; e) representar, ser porta-voz e intervir em nome da comunidade; f) ter disponibilidade e abnegação para o trabalho comunitário; g) promover atividades políticas, educativas, culturais e de lazer através das associações; h) estimular a cooperação e a solidariedade na vida comunitária; i) exercer uma função pedagógica, promovendo a consciência cidadã; j) ter conhecimentos para mover-se nas burocracias públicas e dialogar com técnicos do governo; k) ter independência política para conduzir o movimento segundo os interesses da base; l) reunir e coordenar recursos locais e; m) buscar recursos externos e, inclusive, gerir programas de governo. Estas são proposições agrupadas que naturalmente não representam atributos e práticas de todos os entrevistados.

O perfil desses líderes foi esboçado na medida em que fui analisando os papéis que eles desempenhavam na vida do bairro e da comunidade, lugares nos quais conduzem as associações, que conformam suas relações com suas bases, entre elas se sobressaindo a função do líder enquanto canal de comunicação entre a comunidade, o governo e demais agentes públicos e privados do mundo institucional.

Ao colocar suas atribuições como dirigentes de entidades locais e as atividades efetivamente exercidas por eles, ficaram evidentes nos discursos que determinadas funções são próprias de um líder de entidade popular, como exercer autoridade, proteção e assistência, ter um papel pedagógico, mediar conflitos internos e externos, fazer articulações em nome do bairro, entidade ou movimento e representar interesses dos moradores junto aos órgãos da administração pública. Essas funções assumem relevância considerando-se a qualidade da cidadania da maioria dos vizinhos que os acolhem e que estão nas bases das associações, do movimento e supostamente das candidaturas. Essa base é composta por um tipo de cidadão que não sabe mover-se pelas burocracias, é pouco informado sobre seus direitos e freqüentemente é vítima da arbitrariedade policial, entre as características mais recorrentes na falas dos candidatos e que são elucidativas para delimitar o tipo de relação que se estabelece entre o líder e sua base.

---

A identificação da categoria líder do movimento de bairro para compor a relação dos candidatos comunitários na lista geral dos 862 candidatos a vereador, disponibilizada oficialmente pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), foi feita pelos informantes dos partidos políticos (dirigentes e funcionários). Os partidos estabeleciam uma hierarquia entre os líderes comunitários a partir da repercussão do trabalho que realizavam. Os elementos considerados para qualificar os líderes foram: grau de organização da associação, tipos das atividades desenvolvidas, tempo de dedicação ao trabalho comunitário e participação em outros âmbitos políticos. Tinham mais prestígio, na visão dos partidos de esquerda, aqueles líderes que participavam da Federação da Associação de Bairros de Salvador (FABS) e do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Eram mais valorizados pelos partidos de direita, aqueles que eram eficientes cabos eleitorais.

Avaliar a popularidade do líder no seu próprio bairro não se incluía nos objetivos da pesquisa, porém, em muitos casos, isto se revelou espontaneamente durante o processo investigativo. Nas entrevistas com dirigentes partidários, o número de votos obtidos pelos candidatos comunitários foi apontado como revelador de falta de liderança. Entretanto, para os candidatos comunitários essa lógica não faz sentido nas comunidades. Na pesquisa, o conceito de líder alude ao morador do bairro popular que aglutina a vida associativa do lugar e se constitui numa referência para os vizinhos como alguém a quem recorrer frente à ausência ou ineficácia das políticas públicas, desenvolvendo atividades política, assistencial e humanitária. A partir daí, distingui perfis de condutas desses líderes, que mais adiante detalho.

Quanto à emergência dos líderes, pude observar que há aqueles que surgem espontaneamente de grupos informais que se constituem e se reúnem segundo interesses e identidades culturais, recreativas e religiosas, como times de futebol, trabalhos pastorais, grupos carnavalescos, entre outras manifestações. Depois de haver se sobressaído nas atividades culturais do bairro, esses líderes ampliam sua atuação, passando a dedicar-se à política comunitária, quando, por sua própria iniciativa, agregam e mobilizam os vizinhos, organizando mutirões e formando a associação.

Alguns líderes entrevistados tiveram como origem de sua militância no bairro a política estudantil secundarista e sindical. Outros, foram erigidos à condição de líder por incentivo de agentes sociais alheios ao bairro, como podem ser deputados que tinham interesse em construir redutos eleitorais nos bairros populares e buscavam um cabo eleitoral. Militantes de partidos de esquerda que pretendiam ampliar a base popular de seus partidos e sacerdotes das Comunidades Eclesiais de Base também foram animadores do processo de descoberta de líderes para o movimento de bairros. Além da Igreja Católica, alguns órgãos governamentais executores de políticas sociais desenvolveram, entre os anos 1970 e 1980, práticas de fomento ao associativismo, defendendo a função da liderança, circulando dialeticamente dentro do grupo segundo a

---

conjuntura do movimento social e das necessidades dos participantes, manifestando a preocupação com o desvirtuamento da função para tirar vantagens (CEAS, 1978; PINTO, 1980). Entretanto, a estratégia capitaneada por esses agentes externos para formar grupos de líderes, teve pouco êxito e a matriz social engendrou seus próprios líderes segundo as características que têm origem no tecido social, susceptíveis a velhas e novas formas de clientelismo político, como também, acordes a outros modelos, inclusive democráticos, de organizar a vida política, presentes na sociedade inclusiva.

### **3. Perfil dos Líderes Comunitários Candidatos a Vereador**

Dos 40 candidatos comunitários entrevistados, 11 deles foram reconhecidos como notáveis líderes comunitários no cenário político da cidade, por se destacarem nos movimentos de bairros, negro e sindical. Dentre eles, quatro haviam sido diretores da FABS e dois do MDF. Seis militavam no movimento negro e um deles era presidente de uma importante entidade carnavalesca afro-baiana. Um deles era vereador, estando no segundo mandato e outro já tinha ocupado o cargo na legislatura de 1983 a 1988. Com respeito ao destaque desses líderes no movimento de bairros, cinco deles lideraram as mais destacadas associações de moradores que estavam na vanguarda do movimento, no período de maior vitalidade.

Com relação ao perfil sócio-demográfico dos candidatos comunitários, 36 eram homens e 4 mulheres. Segundo auto-declaração, 25 se identificaram como negros, 11 como brancos e 4 como mulatos. Analisando a participação de candidatos negros nas eleições municipais de 1988 em Salvador, Oliveira (1992) pontuou que dos 862 candidatos 31,9% eram negros, porém, entre os eleitos o percentual baixou para 15%, sendo um dado muito ilustrativo da exclusão política e social do negro, cuja participação demográfica na cidade aproximava-se dos 80%. A idade dos candidatos variou entre 24 e 64 anos, sendo que 70% deles tinham entre 31 a 50 anos. 70% dos candidatos eram casados sendo que 55% tinham família maior que a média de residentes/domicílio (4,3). O nível de escolaridade dos candidatos era muito superior ao da população soteropolitana. 57,5% tinham o ensino médio completo e 20% tinham formação universitária. Com respeito à profissão, ocupação e renda, os candidatos comunitários também estavam muito bem situados comparativamente com a grande maioria dos baianos, considerando que 47,5% tinham renda superior a cinco salários mínimos. Quanto à relação de moradia, 60% viviam no bairro há mais de 20 anos e 32,5% mais de dez até 20 anos. Ter nascido no bairro, nele morar por muitos anos e optar por seguir vivendo nele quando sua renda lhes permitiria morar num bairro melhor equipado, foram razões apresentadas pelos candidatos para reafirmar seu

pertencimento à comunidade, sentimento muito explorado nos seus discursos de campanha. Segundo esse perfil, os candidatos se distinguem sobremaneira dos seus vizinhos.

Os candidatos comunitários participavam de um tecido associativo multiforme, que comportava uma rede de associações calcada no candomblé, no futebol, na música popular, entre outros valores simbólicos que, por sua vez, se sustentavam nas relações primárias de parentesco, de amizade e de vizinhança, enfim numa vivência comunitária, cujos membros apresentavam uma relativa homogeneidade cultural e sócio-econômica. Nesse tecido se plasmava o movimento do bairro, sob a liderança das associações de moradores. Trinta e uma associações de moradores constituíam o conjunto ao qual estavam vinculados os candidatos comunitários que atribuíram às suas entidades os seguintes objetivos prioritários: melhoria do bairro, habitação, assistência social, consciência política, educação e cidadania, sociabilidade, aparecendo o lazer, esporte e cultura como complementares. As demais eram quatro associações culturais e recreativas e duas associações de mulheres. Um candidato não estava atuando em nenhuma associação e três candidatos comunitários eram companheiros dirigentes de uma mesma associação.

Os próprios líderes colocaram com clareza a distinção dos perfis político-ideológicos das lideranças. Denunciaram a existência de cooptação e de suborno de líderes. O CC14 disse: “No movimento existem líderes atrasados que se contentam com migalhas”, acrescentando que houve uma invasão da direita no movimento popular. Na mesma direção, disse o CC05 que “O governo de Sarney reforçou o clientelismo e, em conseqüência, se debilitaram as associações legítimas, combativas e críticas a essa política que provocou divisões entre líderes populares e rupturas nas associações de bairros”.

Da análise do perfil político dos candidatos comunitários, pude concluir que, segundo a orientação e prática política, o papel que desempenham na vida comunitária e o envolvimento na política institucional se destacam importantes características. Entre eles não há tipos puro, senão, traços predominantes que perfilam três tipos básicos: políticos comunitários, cabos eleitorais e militantes políticos.

#### **4. Políticos Comunitários**

Segundo os próprios candidatos, os políticos comunitários não têm interesse real na política institucional. Seu compromisso é, antes de tudo, com o bairro, ao qual dedicam um trabalho abnegado e idealista, manifestando assim seus objetivos: pugnar pela consolidação ou reabilitação urbanística, promover educação e conscientização política e prestar serviços humanitários e assistenciais aos mais carentes. Aqueles que se situavam nesta categoria, exprimiram compreender que a política comunitária é independente da política dos partidos. A



melhoria do bairro e a elevação da qualidade de vida das comunidades estão na essência da associação dos moradores, a qual se constitui no caldo de cultivo desses líderes e da própria política comunitária. Esta é definida como a defesa do interesse dos moradores frente ao governo, através dos canais administrativos e de articulações políticas. O líder típico desta categoria não costuma adotar protestos radicais, estratégias de luta consideradas como próprias dos militantes de esquerda.

Vale destacar, que observei diferenças significativas no interior desta categoria no manejo das associações, como também na visão que expressaram dos problemas sociais. Prevalece uma atitude de reserva frente às federações das associações de bairros, consideradas como politicamente fechadas e controladas pelos líderes comunitários opositores. Eles declararam apoiar o governo ou pelos menos não lhe fazer oposição explícita. Assim, se pode dizer que o lugar do político comunitário está ao lado da oficialidade e da política da situação. Na linguagem desse coletivo, isso significa ser pragmático, não criando obstáculos na relação com os representantes do governo e atendo-se aos caminhos permitidos.

Os líderes com este perfil estavam filiados aos partidos do bloco conservador, a maioria nos pequenos, conhecidos pejorativamente como legendas de aluguel. Na condição de candidatos exibiam um discurso localista (centrado no bairro), orientando sua plataforma na direção de um segmento específico do eleitorado (vizinhos). Defenderam a necessidade do “vereador do bairro”, sem, contudo, associar essa demanda com o projeto político do voto e candidato distritais.

## **5. Cabos Eleitorais**

O cabo é um personagem que se situa entre a população e os partidos políticos, caracterizando-se pela busca quase permanente do voto, construindo e mantendo redutos eleitorais. Exerce essa função quase profissionalmente, prestando serviço à classe política. Na condição de cabo, atua a favor do político que lhe recompensa.

Na cultura política brasileira tradicional, o trabalho do cabo está legitimado. Entretanto, observei que a maioria dos líderes classificados nesta categoria se constrange diante do seu reconhecimento como cabo, considerado como depreciativo. Ressalto que os cabos eleitorais são também líderes comunitários (na acepção adotada nesta investigação) e nessa condição gozam de prestígio e poder na comunidade, razão pela qual resistem em identificarem-se com uma função subalterna que se opõe à sua presumida independência política. E, efetivamente, ficou patente que existe um notório preconceito entre os líderes comunitários que coordenavam o movimento de bairro contra os cabos.

A postura política dos cabos combina formas novas e velhas de clientelismo. Os tradicionais cabos deram lugar ao líder comunitário mais consciente, politicamente mais informado, situado profissionalmente no mercado de trabalho e com um nível de escolaridade mais elevado. Com esse perfil, o novo cabo se relaciona com a classe política ostentando maior poder de barganha na negociação da influência eleitoral que tem na sua comunidade. Seu capital eleitoral tem resultado na nomeação para pequenos cargos na Prefeitura e nos gabinetes de parlamentares. A negociação dos votos pode ser traduzida em benefícios pessoais ou atendimento de demandas particularistas, mas, também, ficou revelado um maior compromisso com as demandas coletivas. O cabo se recicla, se organiza e muda sua estratégia de atuação acompanhando tanto o lento avanço da consciência política dos setores populares, quanto a rápida modernização do processo eleitoral, que incorpora o uso intensivo de técnicas publicitárias. Ele se vê instado a agregar à sua função de caçador e gestor de votos venais, a função de líder comunitário, socializando as vantagens de sua atuação na política partidária.

## **6. Militantes Políticos**

Os líderes classificados nesta categoria defendem um associativismo, nos bairros populares, politizado e articulado com outras lutas populares, suplantando o localismo das pautas das associações tradicionais. Para eles, o movimento de bairro deve partir unificado, assegurando assim o seu fortalecimento. São partidários da organização da base social e das formas de reivindicações dentro da ordem democrática. Entretanto, não hesitam em enfatizar que quando necessário há que demonstrar força e coesão. Reconhecem situações de falência das negociações, quando se faz necessário o enfrentamento, adotando formas de protesto radicais como, por exemplo, as ocupações de edifícios públicos e de logradouros importantes em horas de pico.

Defendendo tais idéias, lideraram associações nas quais predominavam a linha de atuação reivindicativa à administração pública. Por isso, se colocavam em oposição aos líderes de associações participantes de programas sociais de políticas compensatórias (na época, a mais extensiva era a de suplementação alimentar com distribuição de leite e cestas básicas). Ainda que muito críticos, esses líderes sucumbiram à distribuição de alimentos por pressão das bases. Esta categoria de líderes comunitários, promovia nas suas associações programas educativos e de formação profissional, financiados com recursos públicos ou provenientes de organizações não-governamentais, através de projetos de captação de fundos e subvenções.

Eram militantes ou ativistas políticos em várias frentes: partidos, sindicatos, movimento negro, movimento ecológico e outras manifestações políticas. As associações das quais eram dirigentes estavam filiadas à FABS ou ao MDF, federações em que eram participantes ativos. No

ambiente político de esquerda ou progressista eram reconhecidos como o segmento mais avançado do movimento de bairro. Tinham como prática solicitar assessoramento técnico e político para conduzir os trabalhos das associações, razão pela qual mantinham relações com as associações e sindicatos de profissionais liberais, com universidades, com partidos de esquerda e com o clero progressista.

A maioria dos líderes com este perfil se mantinha filiada ao mesmo partido, não sendo susceptível à migração buscando espaço pelos diversos partidos, ainda que se sentisse discriminada no interior do partido, dada à sua condição de candidato de periferia, negro e pobre, pontuando o elitismo prevalecente nos partidos mais importantes.

Ao contrário das outras duas categorias, o discurso do militante é amplo, transcende os limites dos problemas do seu bairro, demonstrando conhecimento e preocupação frente aos graves problemas da cidade, situando-os no contexto nacional. Os militantes explicitaram não serem porta-vozes de um grupo social específico, enfatizando que defendiam os interesses de toda a população de excluídos.

## **7. As Candidaturas, as Campanhas e o Resultado Eleitoral**

A pergunta inicial que me fez problematizar o tema da investigação foi: “Por que os líderes comunitários querem ser vereadores?”. Em torno dela, os entrevistados revelaram várias facetas das motivações, não só das suas candidaturas, mas aplicáveis ao conjunto dos 162 candidatos comunitários. Ficaram configuradas desde a real aspiração ao mandato (francamente minoritária), passando pelos usos do capital eleitoral com finalidades extremamente personalistas ou vinculadas às demandas das associações e movimentos, chegando até ao benefício da licença concedida aos funcionários públicos durante o período da campanha, alguns dos quais fizeram uso para militar para o partido e companheiros, registrando-se até o caso daqueles que apenas gozam de corrompidas “férias”.

Estabeleci como premissa metodológica que o movimento dos bairros e as associações que lhes davam sustentação foram concebidos como contexto político específico, no qual os líderes construíram sua trajetória política; agenda do programa político ou da plataforma dos candidatos e lugar onde os líderes construíram seu capital eleitoral. O cenário sócio-urbanístico dos conflitos urbanos fomentados pela brutal desigualdade entre os bairros urbanizados e os bairros populares, cujas características oscilam entre precária infra-estrutura e condições infra-humanas, estavam no foco das agendas políticas dos candidatos comunitários ainda que candidatos de outros perfis também fizessem e façam uso dos problemas urbanos em suas promessas de campanha.

Regra geral, os candidatos comunitários declararam que os movimentos populares não se sentiam representados pelos partidos. A busca de outros canais para encaminhar as demandas dos movimentos sociais emergiu nos anos 80, em assembleias dos movimentos em âmbito nacional (AMMANN, 1991).

A profusão de candidaturas de líderes comunitários encontrou várias explicações. O fato foi denominado no cenário político da cidade como “A Revolução dos Cabos” (NETO, 1996) ainda que, a pesquisa tenha revelado que dos 162 candidatos comunitários, nem todos devam ser vistos como cabos eleitorais sublevados. O cabo caracterizado nessa “revolução” se rebelou contra a classe política pelo descumprimento dos contratos, transformando-se em candidatos comunitários, condição que muda as bases das negociações com a política partidária. Como exemplos deste aspecto, cito o CC30 que se declarou decepcionado com a função de cabo, argumentando: “Os políticos não aprovam os líderes das comunidades, somente os usam como cabos; não cumprem os acordos e isto fere a honra do líder aos olhos de sua comunidade”. O CC28 disse: “Eu penso que os políticos e os cabos deveriam firmar os contratos de apoio eleitoral diante do tabelião”. Revelando indignação, um ex-cabo, o CC29, assim se manifestou:

Em 1982, eu consegui 1200 votos para J.D. Ele se elegeu, mas não pagou meu trabalho. A relação do cabo com o político é de humilhação. Eu trabalhei para muitos políticos e verifiquei que eles eram todos iguais. Fui manipulado por ingenuidade. O cabo agora quer trabalhar para ele mesmo. Eu fui candidato do protesto comunitário.

No cenário político, no âmbito da coordenação do movimento de moradores, como no ambiente político mais progressista, o cabo sofre uma condenação moral, sendo visto como: mercenário, subornável e venal, que apóia a quem pague um melhor preço. Entretanto, na política tradicional, a função do cabo e sua difundida infidelidade estão assimiladas com naturalidade. Os políticos sabem que fazem contratos de risco com os cabos.

A política dos candidatos comunitários se plasma na mesma sociedade que mantém um sistema político de representação formalmente democrático, porém, na realidade, é sustentado por mecanismos eleitorais espúrios (clientelismo, fraudes, manipulação, uso da máquina governamental e campanhas enganosas sobre plataformas indistintas e promessas vãs). Os cabos são apenas peças nessa engrenagem. Peças indispensáveis uma vez que a classe política tradicional não tem acesso aos setores populares da população sem eles. Sua função, entretanto, fica oculta nos bastidores da política, não interessando revelar os métodos sob os quais são eleitos os signatários dos cargos políticos dos poderes do Estado (legislativo e executivo). Os pagamentos em dinheiro feito aos cabos não aparecem nas prestações de contas das campanhas, sendo um tema

sobre o qual não se fala abertamente, são quase tabus como pontuou com precisão Lobracci (1994).

Destaco que, tradicionalmente, os cabos estão muito envolvidos no processo eleitoral. E, ainda que ameaçados pela indústria eleitoral assentada na mídia, esse modelo se faz mais forte nas eleições majoritárias. Nas eleições proporcionais, o cabo segue sendo fundamental. A candidatura a vereador de candidatos comunitários enquadrados na categoria cabos não ameaça essa lógica, na medida em que a oferta de cabos extrapola o número de candidatos líderes comunitários.

As candidaturas de cabos não exprimem apenas uma reciclagem do cabo tradicional para o cabo moderno, mas também revela a difícil tarefa da transferência do voto. Esse fato altera o papel do cabo na política partidária. Na transferência, o cabo trabalha para arranjar votos para um candidato determinado, enquanto que, sua própria candidatura carrega votos para a legenda e o benefício chega indiretamente para os mais votados, situação que elimina a possibilidade de negociação direta com candidatos específicos, mas que se constitui num provável capital para negociação futura nas eleições proporcionais, principalmente de deputados estaduais.

Quanto às campanhas, a maioria dos candidatos comunitários falou delas tendo como referência o modelo posto na vida partidária, em cujas características se destacam imagens de “salvadores da pátria” (WEFFORT, 1980, p. 36), versados na “arte de enganar” (DIMENSTEIN, 1994, p. 45) e o uso intensivo de recursos financeiros. “Uma campanha se faz com dinheiro”, confirmou o CC07, traduzindo em poucas palavras a constatação detalhada até a saturação pelos entrevistados. A falta de dinheiro foi sentida e manifestada em dois aspectos que considero importante distinguir: para indiretamente comprar votos (pagando contas vencidas de energia elétrica, por exemplo) e para pagar despesas irrefutáveis de uma campanha (transporte, propaganda e telefone). Abordando abertamente o caráter venal do voto, o CC30 informou que o patrocínio de uma festa de casamento numa família de bairro popular se troca por 50 votos. Durante a investigação observei que o custo de uma campanha costuma expressar-se em dólares. Assim também o fizeram 15 candidatos comunitários, ao declararem seus custos de campanha: dos 40, 12,5% declararam ter gasto mais de cinco mil, 17,5% entre 1.000 e 5.000 mil e 7,5% menos de 1.000. Do total dos candidatos, 55% não declararam seus gastos e 7,5% disseram não ter aplicado nenhum dinheiro nas campanhas, tenho recebido alguma ajuda em produtos como material gráfico de propaganda, basicamente o conhecido como “santinho”.

Não houve campanhas verdadeiramente alternativas, prevalecendo o modelo convencional em versão barateada, ainda que alguns traços de originalidade tivessem sido observados, como pode ser o *slogan* do CC30: “Carlinhos Companheiro, sem promessa e sem dinheiro”. A quase totalidade das campanhas foi improvisada e, neste particular, talvez possam ser caracterizadas como alternativas. Entretanto, alguns candidatos comunitários reconheceram a

---

falta de organização como uma dificuldade a mais no empreendimento, admitindo que a política se faz em bases científicas. Disse o CC12: “Na política, não há lugar para amadores. As campanhas estão cada vez mais profissionalizadas”. O candidato eleito com mais de cinco mil votos afirmou, com vaidade, que sua campanha foi planejada com muita antecedência. O tempo de duração das campanhas variou de um mês e meio a três anos, embora esses extremos tenham sido casos atípicos. A duração média oscilou na faixa de três a seis meses, como é de praxe. Entre os casos peculiares destaco o do CC09, que declarou:

Desde que pus na cabeça a idéia de ser vereador, me pus em campanha. Sou um candidato permanente, em oposição aos políticos “Copa do Mundo”. Minha marca não é a propaganda convencional, eu utilizo meu trabalho no rádio para fazer política e quando chega o momento de parar determinado pela lei, eu vou comprovar minha popularidade de porta em porta.

O resultado eleitoral apresentou três eleitos: um com 5.787 votos e dois com menos de 1.500. Os demais obtiveram: 15% entre 1.001 e 3.000 votos, 50% entre 501 e 1.000 votos, 27,5% entre 2.001 e 500 votos e 5% menos de 200 votos. Esse resultado discrepa em muito da expectativa dos candidatos comunitários, muitos dos quais preferiram interpretá-lo acusando a existência de fraude no cômputo oficial, denúncias amplamente divulgadas na imprensa local. A concorrência de candidatos com perfis semelhantes no mesmo bairro foi uma explicação comum para o fracasso eleitoral, situação na qual destaco os dados de candidatos comunitários de Itapuã e Nordeste de Amaralina que foram 24 e 27, respectivamente. Na avaliação dos representantes dos partidos, incluídos na pesquisa na qualidade de informantes estratégicos, o resultado eleitoral atesta a falta de liderança dos candidatos comunitários nos seus bairros, interpretação esta contestada de forma cabal pelos líderes comunitários, argumentando que os eleitores não associam a liderança na comunidade com o voto, por falta de consciência política. Aparentemente, o grande vilão desse resultado foi o eleitor que vendeu seu voto, fenômeno cuja essência está engendrada na estrutura social, segundo justificativa dos candidatos comunitários.

## **8. Algumas Conclusões da Investigação**

Sobre os candidatos comunitários, eles efetivamente demonstraram um forte vínculo de pertencimento ao bairro/comunidade, associado a um envolvimento real com os seus problemas e comprometidos com as soluções ou mitigações dos mesmos, ainda que tal compromisso não lhes impeça de buscar vantagens pessoais que possam advir dessa participação política. Este aspecto assemelha todos os candidatos comunitários independentemente de sua categoria na tipologia apresentada.

Sobre as candidaturas, ainda que os candidatos exibam aos partidos sua condição de líderes comunitários, elas são deles mesmos, não emergindo do movimento, das associações, nem das suas supostas bases eleitorais. Condição que não tira sua legitimidade, porquanto se espelham no modelo partidário, posto que, apenas os partidos do bloco à esquerda, controlam e definem as listas dos candidatos, segundo critérios partidários. As campanhas empreendidas conflitam com a crítica feita pelos candidatos comunitários à política partidária, sendo também incongruentes com a realidade política e, sobretudo, sócio-econômica do coletivo, tornando-as um arremedo do modelo convencional.

Considerando que líderes dos mais expressivos movimento de moradores passaram pela experiência da candidatura a vereador, parece-me sensato admitir que a contradição teórica entre a política partidária e a política movimentista, desenvolvida em teorias sobre os movimentos sociais, não foi obstáculo para a busca do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Salvador, conforme o caso analisado. Os líderes fizeram valer seus assumidos objetivos pragmáticos, misturando meios e modos para tentarem exercer o papel de benfeitor na sua comunidade de origem, compromisso reiterado por eles à exaustão.

Ainda que eu não tenha acompanhado as posteriores eleições municipais proporcionais na condição de analista, a observação assistemática de cidadã me leva a crer que muitos elementos da conjuntura de 1988, aqui resumida, mantém-se vivos no cenário atual.

## Referências

AMMANN, Safira B.; **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1993.

BARBOSA, Maria Lucia V.; **O voto da pobreza e a pobreza do voto: a ética da malandragem**. Rio de Janeiro: Zahar/Universidade Estadual de Londrina, 1988.

CABRAL, Clóvis; O negro no Brasil: relações com a Igreja e a formação dos movimentos negros urbanos. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 112, p. 30-36, nov./dez. 1987.

CALDEIRA, Tereza P. R.; **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Ruth C. L.; Participação política e democracia. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 26, 1990, p. 15-24, mar.

CARDOSO, Ruth C. L.; Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 20, p. 74-80, mar. 1988.

CARVALHO, Maria Alba; **Salvador anos 80, tempos de normalidade e tempos de rebelião: um estudo sobre os movimentos sociais em Salvador**. Salvador, 1991. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 1991.

CARVALHO, Rejane V. A.; **Candidaturas populares na zona rural do Ceará: o Sertão ainda é o mesmo?** Natal: UFRN, 1988.

CEAS. O mundo desde o fim: um outro olhar sobre as eleições municipais. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 144, p. 7-12, mar./abr. 1993.

DIMENSTEIN, Gilberto (Org.); **Como não ser enganado nas eleições**. São Paulo: Ática, 1994.

ESPIÑEIRA, Maria Victória; **O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairro de Salvador**. Salvador, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 1991.

FABS/ACCAP. **Associações de bairros e partidos políticos**. Informe da Jornada sobre Associações de Bairros e Partidos Políticos celebrada em Salvador em 13 de dezembro de 1981. Salvador, 1981 (mimeo).

LAMOUNIER, Bolívar; Uma grande mentira. In: DIMENSTEIN, G. (Org.); **Como não ser enganado nas eleições**. São Paulo: Ática, 1994.

LOBRACCI, Armando; Candidatos se esforçam para reduzir custos de campanha. **Jornal A Tarde**. Salvador. Caderno Política, p.9, 21 de agosto de 1994.

NETO, Joviniano; Eleições baianas de 1990: velhas e novas polarizações. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**. Salvador, n. 3, p. 5-40, set. 1992.

NETO, Joviniano; Brasil 89: testando uma democracia de massas. In: NETO, Joviniano (Org.); **Eleição, democracia e cidadania**. Salvador: OEA/UFBA, 1990.

OLIVEIRA, Cloves L.P.; **O negro sobe ao palanque: os discursos dos candidatos negros a vereador nas eleições municipais de Salvador, 1988**. Salvador, UFBA/CRH, 1992.

OLIVEIRA, Cloves L.P.; O negro e o poder. **Caderno CRH**. Salvador, suplemento, p. 94-116, 1991.

OLIVEIRA, Nilce de; **A educação no movimento de moradores do Calabar**. Salvador, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 1988.

PIZZORNO, Alessandro; **Algún outro tipo de alteridad: uma crítica a las teorías de la elección racional**, Sistema, Madrid, n. 88, p. 27-42, jan. 1989.

SADEK, Maria Teresa; Eleições 1988: retórica ou rumo ao pluripartidarismo. **Lua Nova**. São Paulo, CEDEC, n. 17, p. 111-132, jun. 1989.

WEFFORT, Francisco; **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WHITAKER, Chico; **O que é vereador**. São Paulo: Brasiliense, 1992.